

Fim da 6x1 afeta os serviços dos terceirizados, diz Melo

Tá na Mesa debateu os impactos da redução da jornada de trabalho

/ TRABALHO

Cláudio Isaías

isaiasc@jcrs.com.br

O impacto do fim da jornada 6x1 no serviço público, principalmente nos serviços terceirizados das prefeituras, o uso do tema nas eleições presidenciais de 2026 e a articulação da Frente Nacional de Prefeitos para levar um documento ao Congresso Nacional e ao presidente Lula foram os temas discutidos no Tá na Mesa da Federasul pelo prefeito Sebastião Melo durante o painel “Jornada 6x1: Impactos no público e no privado” realizado ontem, no Palácio do Comércio.

Melo mostrou preocupação com o impacto financeiro bilionário nas contas públicas, especialmente no que diz respeito aos serviços terceirizados (somente na prefeitura de Porto Alegre são 3,5 mil que atuam na terceirização do serviço de limpeza urbana e à manutenção da infraestrutura urbana dos municípios - serviços de saúde e de manutenção asfáltica).

Melo destaca que mudanças na escala de trabalho deveriam ser feitas de forma gradual e por setores, priorizando a produtividade e a negociação em vez de imposições legais imediatas. O prefeito criticou o uso eleitoral da discussão para reduzir a jornada e acabar com a escala de seis dias trabalhados para um de descanso (6x1). “A redução da escala sem planejamento pode gerar informalidade e aumento de custos no



Prefeito defende que mudanças ocorram gradualmente e por setores

transporte coletivo, educação e na saúde”, disse.

Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Melo destacou que um estudo feito pela entidade aponta um rombo nas contas públicas das prefeituras brasileiras de aproximadamente R\$ 30 bilhões por ano por conta do fim da escala 6x1. “O Brasil tem seis mil prefeituras e muitas terceirizações de serviços. Isso demonstra que a escala 6x1 não pode ser um tema eleitoral”, acrescenta. Melo disse que integrantes da Frente Nacional dos Prefeitos levarão as reivindicações aos deputados e senadores e também ao presidente Lula.

O prefeito afirmou que não é contra o debate acerca da escala 6x1. “Não sou contra. Sou contra o atropelo e o uso eleitoral da matéria”, comenta. Melo disse querer saber quais são as consequências da mudança. “Os países que adotaram essa mudança fizeram isto

gradativamente com estudos setoriais”, acrescenta. Melo afirmou que o governo federal colocou o tema como pauta eleitoral e existe uma certa timidez da oposição que não quer enfrentar o assunto em ano de eleições. “Estou aqui para discutir as consequências do fim da escala 6x1 para a máquina pública. Será menos serviço na área da saúde e de limpeza urbana para quem mais precisa (no caso o cidadão)”, aponta.

Sobre o tema, o presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa, mostrou preocupação com a saúde financeira das famílias, ao argumentar que a redução da carga horária sem ajustes econômicos poderá forçar trabalhadores ao acúmulo de empregos informais. “Defendemos a desoneração da folha de pagamento como estratégia para elevar o salário líquido e restaurar o poder de compra dos trabalhadores”, ressalta.

Comissão aprova relatório, e PECs sobre o tema avançam

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem o relatório favorável do deputado Paulo Azi (União Brasil-BA) para as duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que definem o teto de oito horas diárias e 36 horas semanais de trabalho. A votação foi feita de forma simbólica - sem registro individual dos votos. Agora, os projetos seguem para análise de mérito em uma comissão especial, que ainda será criada. A expectativa é que o texto seja votado no plenário da Casa em maio.

O fim da jornada 6x1 é uma

das bandeiras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para tentar a reeleição.

As PECs foram apresentadas pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), em 2019, e pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP), em 2026. O parecer de Azi não trata do mérito das PECs, ou seja, dos conteúdos propostos. A competência do relator na CCJ é examinar somente se as propostas não afrontam os princípios constitucionais.

A PEC de Reginaldo Lopes institui na Constituição um dispositivo que prevê “duração do trabalho normal não superior a oito

horas diárias e trinta e seis semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”. Segundo o texto, a nova regra entra em vigor 10 anos após a data da publicação da emenda constitucional. A PEC de Erika Hilton também prevê um teto de oito horas diárias e 36 semanais, mas o dispositivo estabelece jornada de trabalho de quatro dias por semana, o que transformaria a escala 6x1 em escala 4x3. O texto ainda define que a emenda constitucional entra em vigor um ano após a data da sua publicação.



EMPRESA INOVADORA

Paulo Boa Nova
pauloboanova1@gmail.com

Comprador da Motter Engenharia: “A honestidade na hora da compra vai influenciar, lá na frente, o preço justo que oferecemos ao cliente”.

PBN: Estou conversando com o amigo de muitos anos, um dos funcionários mais importantes da Motter Engenharia. Refiro-me a José Carlos de Jesus. Ele está na Motter há 31 anos. José Carlos, quando foste admitido na Motter, começaste exercendo qual função?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Entrei como Encarregado de Almojarifado.

PBN: Hoje tu exerces qual cargo?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Atualmente, sou responsável pelo departamento de suprimentos.

PBN: És o responsável pelo material que será usado nas obras?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Sim.

PBN: Que grande responsabilidade. Para exercer o teu cargo, o sujeito não pode ser desonesto. Por isso que o engenheiro Motter gosta tanto de ti. Há três décadas tu cuidas muito bem do dinheiro dele. Lidas com uma fortuna em materiais.

JOSÉ CARLOS DE JESUS: O movimento é bem grande. A cada mês, aumenta um pouco. E tem mais as compras em nome de clientes, que a gente faz bastante.

PBN: Tu compras para os clientes?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Sim, eu compro usando a razão social da Motter Engenharia e também negocio materiais que serão usados nas obras dos clientes, em nome deles. Essa postura, lá na ponta, vai influenciar num preço justo e honesto para nossa clientela. Por isso que a Motter é famosa no mercado em que atua por prestar um ótimo serviço, com eficiência e rapidez, tudo por um preço justo e acessível. Essa imagem da empresa também demonstra que sabemos comprar bem, que sabemos precificar adequadamente e que somos honestos com quem nos contrata.

PBN: Quais são os teus critérios? Tu fazes o Processo de Compras?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Depende do caso. Nós já conhecemos os fornecedores. Sabemos quais as empresas que poderão nos entregar produtos por preços bons, e até melhores se comprarmos em quantidade. E o cliente também já sabe que, se aconselhamos aquela operação, é porque ela é a melhor. Em caso de clientes novos, em que não estejamos acostumados a comprar os produtos indicados para a obra deles, aí sim fazemos o Processo de Compras, que é a sequência de etapas para adquirir produtos ou serviços de forma estratégica, econômica e eficiente.

PBN: Que bom ser cliente da Motter.

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Importante reforçar que essa forma de conduzir o departamento, desde que entrei aqui, é baseada em critérios do engenheiro Motter. Seguidamente ele senta comigo para aprimorarmos alguma forma de ação aqui no setor.

PBN: Quando entrei na tua sala, antes de começar a entrevista, tu estavas ao telefone, alugando uma escada. Certos equipamentos vocês alugam?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Sim, muitos equipamentos. Quando se trata de um serviço mais específico, entende? Não adianta tu teres ferramenta parada aqui na firma para usar de vez em quando. Certos instrumentos de trabalho especiais, que não usamos com frequência, esses eu alugo. Sai mais barato para o cliente.

PBN: O que faz com que a Motter Engenharia, fundada há 43 anos pelo engenheiro Motter, continue no mercado com todo o vigor, há tanto tempo?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Eu acho que a Motter se mantém há tanto tempo por levar a sério a sua missão. O slogan da empresa, criado há muitos anos pelo engenheiro Motter, é “Seriiedade em instalações”. Nessa frase estão embutidos muitos benefícios para nossos clientes: seriedade significa prometer e cumprir; seriedade significa se houver engano no orçamento, arcar com o prejuízo; seriedade significa não ter feriado ou fim de semana, se for necessário; seriedade quer dizer botar-a-cara-a-tapa se houver erro na execução. Seriedade não é ser emburrado, sério no sentido de ser sisudo, brabo. Não. Seriedade é, mesmo sendo descontraído, levar a sério o seu mister, o seu modus operandi, a sua atividade-fim. Foi por isso que nós vencemos na vida como empresa, e continuamos firmes, na luta.



José Carlos de Jesus, responsável pelo departamento de suprimentos da Motter Engenharia.